

**Ata Nº 541** – Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas, na Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos, iniciou-se a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú-SC**. Estavam presentes os seguintes Conselheiros: João Carlos Alves dos Passos, Patricia da Costa Oliveira, Bruno Figueredo Arceno, Leandro Teixeira Ghilardi, Suelen Roberta Pedroza, Mario Tetto, Douglas Aguirre, Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel, Yolanda Irene Keller Boia, Valdeci Matias, Luciano Pedro Estevão, Grasiela Aparecida Teixeira, Josiane Hoepers, Wilson Reginatto Júnior, Maria Helena Bittencourt, Manuela Pessoa Duarte e Gilmara dos Santos. A conselheira Marilene que se encontra em Licença Maternidade se fez presente como voluntária na reunião de hoje. Estavam presentes: Jéssica Peres, representante da ONG Vidas Recicladas Casa das Anas; Amanda Borba, estagiária da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI; Cátia C. P. Franzoi, representante da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral; Karina Passos, representante da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS e Lenita Novaes, representante do Instituto de Psicologia Sentir. Pauta 01: Aprovação da Ata. Foi lida e aprovada por unanimidade a ata do dia três de dezembro. Pauta 02: Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ofícios Expedidos: Ofício nº283, de dois de dezembro, encaminhado para a 4ª Promotoria de Justiça, em resposta ao Ofício nº349/19 da 4ª Promotoria de Justiça, esclarecendo a questão da diplomação dos conselheiros tutelares e a data da mesma; Ofício nº284, de quatro de dezembro, encaminhado ao Juizado da Infância e Juventude, enviando a cópia da ata do dia dezenove de novembro, com o mesmo conteúdo foram enviados: Ofício nº285 para a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca; Ofício nº286 para a Câmara de Vereadores e Ofício nº287 para a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/BC; Ofício nº288, de quatro de dezembro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando o pagamento da Fatura da HostGator Brasil Hospedagem de Sites, no valor de cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos, para o site do CMDCA; Ofício nº289, de quatro de dezembro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando a compra de cinco carimbos para este conselho; Ofício nº290, de seis de dezembro, encaminhado a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, solicitando a viabilidade da contratação por mais um ano da estagiária Ana Medeiros que está desenvolvendo um projeto estatísticos dentro do Conselho Tutelar e necessita de mais tempo para finalizá-lo; Ofício nº291, de dezoito de dezembro, encaminhado a 4ª Promotoria de Justiça da Comarca informando sobre os motivos da mudança de Sistema de Sobreaviso para Sistema de Plantão do Conselho Tutelar para o ano de Dois Mil e Vinte; Declaração para Douglas Aguirre e para Wagner Luis Henrique da Rosa por terem trabalhado nas Eleições de Conselheiros Tutelares dia seis de outubro. Documentos Recebidos: Decreto nº9.666, de vinte e seis de novembro, nomeando a nova composição do CMDCA que ficou assim nomeada: Representantes Governamentais: Representantes da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social: Titular: Patricia da Costa Oliveira e Suplente: Mikaelly Bastos dos Santos Orsi; Representantes da Secretaria de Educação: Titular: Bruno Figueredo Arceno e Suplente: Ana Paula Neumann; Representantes da Secretaria de Saúde e Saneamento: Titular: Leandro Teixeira Ghilardi e Suplente: Priscila Pimentel Costa; Representantes da Secretaria da Fazenda: Titular: Suelen Roberta Pedroza e Suplente: Thiago Luis Pacheco; Representantes da Fundação Municipal de Esportes: Titular: Elias Alcides Luciano e Suplente: Paulo Felipe Costa Cherem; Representantes da Secretaria do Meio Ambiente: Titular: Douglas Schwolk Fontan Ayres de Aguirre e Suplente: Adalberto Rodrigues Costa; Representantes da Procuradoria Jurídica: Titular: Geovam Fidelis Maciel e Suplente: Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel; Representantes da Divisão de Comunicação: Titular: Marilene Rosana Severino Cardoso e Suplente: Maurino Adriano Vieira Junior; Representantes Não Governamentais: Representantes da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI: Titular: Yolanda Irene Keller Boia e Suplente: Ana Carolina Gomes da Silva; Representantes da Associação Amor pra

Down: Titular: Wilson Reginatto Júnior e Suplente: Jéssica Pereira Cardozo; Representantes da Associação de Apoio às Famílias dos Deficientes Físicos – AFADEFI: Titular: Valdeci Matias e Suplente: Bianca Muller Terrassan Campos; Representantes da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral: Titular: Cátia Cristine Purnhagen Franzoi e Suplente: Regina Moro Dal Bem; Representantes do Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC: Titular: Manuela de Fátima Almeida Passos Duarte e Suplente: Mayara Cristina Fonseca; Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE: Titular: Sandra Mara Luchtenberg e Suplente: Carla Rosane Abs da Cruz Preto; Representantes da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS: Titular: Karina Gonçalves dos Passos e Suplente: Josiane Hoepers; Representantes do Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Anjos da Vida: Titular: Luciano Pedro Estevão e Suplente: Graziela Teixeira; Ofício nº349, de vinte e nove de novembro, encaminhado pela 4ª Promotoria de Justiça da Comarca, solicitando informações quanto a posse dos conselheiros tutelares; E-mail do dia dez de dezembro, encaminhado pela Gestora de Parcerias do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA Sra. Haydée Assanti, enviando pareceres referentes as parcerias quatro, cinco, seis sete e oito, prestação de contas parcial – mensal da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral; Ofício nº562, de dez de dezembro, encaminhado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, informando que a fatura no valor de cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos, referente a hospedagem do site do CMDCA, não pode ser paga devido à impossibilidade de tal fato, devido a princípios básicos contidos na Lei Federal nº8.666/93 e suas atualizações e alterações; Decreto nº9.688, de onze de dezembro, alterando a ordem da nomeação dos membros da Procuradoria Jurídica na composição do mesmo, ficando assim alterada: Representantes da Procuradoria Jurídica: Titular: Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel e Suplente: Geovam Fidelis Maciel; E-mail do dia doze de dezembro, encaminhado pelo contador do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, Sr. Pedro Nicheli, encaminhando informações quanto a questão das doações do Fundo da Infância e Adolescência ao FMDCA; Ofício nº706, de dezesseis de dezembro, encaminhado pela Fundação Municipal de Esportes – FME, alterando os membros para composição do conselho, ficando assim nomeados: membro titular: Mario Tetto Perreira Neto e membro suplente: Thiago Velasques; Denúncia encaminhada pelo Conselheiro Tutelar Suplente Wladimir Marcelo Verch contra o Conselheiro Tutelar Titular Pastor Mauricio Rafael Moreno Coelho, cargo de Membro da Comunidade. As denúncias referem-se a época de período eleitoral em que o denunciado não deixou o cargo que exercia na Câmara de Vereadores em época eleitoral. Sobre este caso o CMDCA deliberou na época, sobre questionamentos do candidato e atual Conselheiro Tutelar Suplente Nademir Batista Silveira. Outra denúncia recai sobre um vídeo onde aparece o filho do então candidato Maurício Rafael pedindo para que votem no seu pai. Assunto que este CMDCA também já deliberou, pois já tinha recebido a mesma denúncia. E denúncia de favorecimento e uso irregular de vínculo religioso na Campanha Eleitoral pelo Sr. Maurício. O candidato é citado pelo pastor de uma igreja em Balneário Camboriú, mas precisamente a igreja Embaixada do Reino de Deus. Em vídeo com data anterior a Eleição do Conselho Tutelar, foi exibido no telão da igreja a forma correta para votar no dia do sufrágio, pedindo votos para o então candidato. Situação que este CMDCA também deliberou, mas na época com a denúncia anônima de uma foto dos candidatos Maurício Rafael, Pastora Eliete e Rodrigo Veiga. O denunciante encaminhou fotos e vídeos para juntar aos documentos enviados de denúncia. Este conselho deliberou pelo arquivamento das denúncias. Os conselheiros Wilson, Yolanda Irene e Manuela se abstiveram desta decisão. Foram entregues os Relatórios de Atividades das seguintes entidades: Associação Lar Maternal Bom Pastor (Meses de Setembro, Outubro e Novembro); Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral (Meses de Novembro e Dezembro); Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS (Mês de novembro); Centro e Recuperação Nova Esperança – CERENE (Mês de Novembro);

A

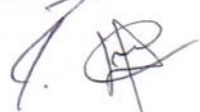
Pinto











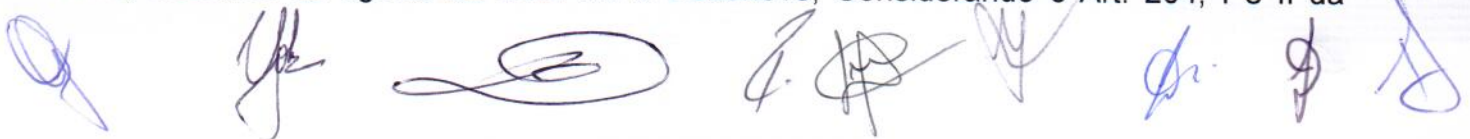








Associação Dragão Negro (Mês de Novembro). Pauta 03: Aprovação das Resoluções nº024, nº025 e nº026. Foram aprovadas por unanimidade as resoluções que deverão ser publicadas ainda esta semana. Resolução nº024/19. Defere projetos apresentados no âmbito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA do município de Balneário Camboriú – SC. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei nº8069/90 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; e CONSIDERANDO, a Lei nº13.019/2014 e as Resoluções do CONANDA nº116/2006, nº137/2010 e nº218/2019. Resolve: Art. 1º. Dar publicidade aos projetos aprovados pelo Edital de Seleção Pública nº003/2019 – Edital de Chancela do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. I – Associação Amor pra Down, CNPJ nº04.132.172/0001-70, Nome do Projeto: Jiu Jitsu Inclusivo, Chancela nº 001/2019, Valor aprovado de cento e dezesseis mil, oitocentos e setenta e cinco reais, Resumo do Projeto: AULAS DE JIU JITSU INCLUSIVO (pessoas com síndrome de Down em conjunto com pessoas sem deficiência); II – Núcleo Assistencial Humberto de Campos – NAHC, CNPJ nº76.708.098/0001-06, Nome do Projeto: Projeto VIDA, Chancela nº 002/2019, Valor aprovado de sessenta mil trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos, Resumo do Projeto: Oferecer tratamento ambulatorial a crianças, adolescentes e seus familiares fortalecendo a dinâmica familiar de dependentes e/ou co-dependentes de drogas e álcool, para que o ciclo da drogadição no núcleo familiar possa ser interrompido; III – Associação O Vento Brasil, CNPJ nº17.250.355/0001-31, Nome do Projeto: O Vento nas Escolas, Chancela nº 003/2019, Valor aprovado de quatrocentos e quarenta e cinco mil e novecentos reais, Resumo do Projeto: Promover o despertar, a conscientização e o enfrentamento da violência doméstica e o uso indevido de entorpecentes, bem como o convívio familiar e social para crianças e adolescentes a partir de 10 anos, da Rede Estadual e Municipal de Ensino de Balneário Camboriú; IV – Associação Amor pra Down, CNPJ nº04.132.172/0001-70, Nome do Projeto: Down Espera, Chancela nº 004/2019, Valor aprovado de cento e setenta e seis mil, quinhentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos, Resumo do Projeto: Atendimento a crianças e adolescentes com Síndrome de Down que estão na fila de espera para atendimento; V – Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS, CNPJ nº10.213.178/0001-74, Nome do Projeto: ConversAção, Chancela nº 005/2019, Valor aprovado de cento e setenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e dezenove centavos, Resumo do Projeto: Proposta de Alfabetização Audiovisual para alunos da Rede Pública de Educação; Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Resolução nº025/19. Altera a entrega de documentos no Edital nº003/19 – Edital de Chancela. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei nº8069/90 que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei nº13.019/2014. Resolve: Art. 1º. Alterar o Item 4 do Edital nº003/19 – Edital de Chancela, no que se refere a documentação na entrega da solicitação de chancela. Art. 2º. Fica estabelecido que na primeira entrega da documentação para solicitação de chancela seja entregue apenas o plano de trabalho. Art. 3º. Após a aprovação do plano de trabalho, a entidade solicitante deverá entregar a documentação exigida no Edital nº003/19 para receber a chancela. Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Resolução nº026/19. Estabelece os procedimentos para o Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais e a Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais no município e, dá outras providências. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 1.033, de dezoito de março de Mil Novecentos e Noventa e Um e com base no seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 9505, de cinco de agosto de Dois Mil e Dezenove; Considerando o Art. 204, I e II da



Constituição da República Federativa do Brasil de Mil Novecentos e Oitenta e Oito, que descentralizou a formulação de políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes, cabendo aos Conselhos Municipais de Direitos decidirem sobre as prioridades e as políticas públicas no atendimento a crianças e adolescentes; Considerando o Art. 227, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que preconiza a doutrina da proteção integral, na qual reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos; Considerando o Art. 88, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que estabelece as diretrizes para a municipalização das políticas de atendimento destinadas a crianças e adolescentes; Considerando os Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que determina às Organizações Governamentais e Não Governamentais a obrigatoriedade de Registro e Qualificação e da Inscrição de seus serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes, especificando os seus regimes junto aos Conselhos Municipais de Direitos; Considerando a Resolução do CONANDA nº 71, de dez de junho de Dois Mil e Onze, que dispõe sobre o Registro e Qualificação de Entidades Não Governamentais e a Inscrição de Programas de Atendimento das Entidades Governamentais e Não Governamentais no CMDCA; Considerando a Resolução do CONANDA nº 74, de treze de setembro de Dois Mil e Um, que dispõe sobre o Registro e Qualificação e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional; Considerando a Resolução do CONANDA nº 105, de quinze de junho de Dois Mil e Cinco, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente; Considerando a Resolução do CONANDA nº 119, de onze de dezembro de Dois Mil e Seis, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; Resolve: Art. 1º. Estabelecer os procedimentos para o Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais e a Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais no município e dá outras providências. CAPÍTULO I. DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS. Art. 2º. Consideram-se OSC – Organização da Sociedade Civil, as entidades formadas e mantidas pela sociedade civil, sem fins lucrativos que realizam programas, serviços e projetos de interesse público, voltados à política de atendimento à criança e ao adolescente no município. §1º. As Organizações Não Governamentais são pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público caracterizado por ações no campo das políticas públicas. §2º. As Organizações Não Governamentais que realizam programas, serviços e projetos para a população infantojuvenil são constituídas por sociedades civis, religiosas, científicas, associações e fundações. Art. 3º. Consideram-se OSC – Organização da Sociedade Civil, as entidades formadas e mantidas pelo poder público que realizam programas, serviços e projetos de interesse público voltado à política de atendimento à criança e ao adolescente no município. §1º. As Organizações Governamentais são pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviço público caracterizado por ações no campo das políticas públicas. §2º. As Organizações Governamentais que realizam programas, serviços e projetos para a população infantojuvenil são constituídas pela administração pública direta e indireta em nível Federal, Estadual e Municipal. CAPÍTULO II. DA CONCESSÃO DE REGISTRO E QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E DA INSCRIÇÃO DO PROJETO NO CMDCA. Seção I. Do Registro e Qualificação das Organizações Não Governamentais. Art. 4º. O Pedido de Registro e Qualificação da Organização Não Governamental deverá ser solicitado ao CMDCA que dará andamento ao processo de acordo com as normas desta Resolução. Art. 5º. A Organização Não Governamental poderá solicitar os formulários de Registro e Qualificação, via e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com, no site do CMDCA www.cmdca.com.br, na Casa dos Conselhos/CMDCA ou baixar a Resolução e seus formulários anexos de Registro e

Qualificação pelo site [www.balneariocamboriu.sc.gov.br](http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br), conselhos de direitos. Art. 6º. A entrega dos documentos de pedidos de Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais devem ser protocolados na Casa dos Conselhos/CMDCA, em envelope lacrado com a identificação: "Documentos para Registro e Qualificação da Entidade (nome) no CMDCA". Art. 7º. O Pedido de Registro e Qualificação da Organização Não Governamental terá o prazo máximo de sessenta dias para tramitação até apreciação e deliberação da plenária, contados da data do protocolo da entrega da documentação. §1º. Após o Pedido de Registro e Qualificação da Organização Não Governamental o CMDCA poderá realizar uma visita in loco e a Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação emitirá parecer no prazo máximo de trinta dias. §2º. Após o Parecer da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação o pedido deverá ser encaminhado para ser apreciado e deliberado em plenária, em reunião ordinária realizada pelo CMDCA. §3º. Ao CMDCA, não compete a concessão de Registro e Qualificação de entidades que desenvolvem atividades no ensino regular, nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e médio. §4º. O CMDCA poderá lançar chamamento anual para Registro e Qualificação de entidades, sem que isto afete as já registradas e qualificadas. Art. 8º. Para a solicitação de Registro e Qualificação no CMDCA as Organizações Não Governamentais deverão apresentar a seguinte documentação: I. Requerimento da Organização Não Governamental dirigido ao Presidente do CMDCA, devidamente assinado pelo representante legal da Entidade, conforme (modelo anexo I); II. Projeto que contemple serviço e/ou programa voltado à política de atendimento a criança e ao adolescente (modelo anexo II); III. Cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrada no Cartório de Registro e Qualificação Civil de Pessoa Jurídica, conforme estabelece a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; IV. Cópia da Ata da Eleição dos membros da atual diretoria, registrada em Cartório de Registro e Qualificação Civil de Pessoa Jurídica; V. Cópia do RG e do CPF do Presidente da Entidade; VI. Cópia do Cartão de Inscrição da Entidade no CNPJ, devidamente atualizado, conforme o sítio [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br); VII. Certidão Negativa de Débitos da esfera Federal, Estadual e Municipal; VIII. Apresentar locais de publicação anual, jornal de circulação local e/ou site próprio ou de órgão público, dos relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e o relatório de execução de projeto realizado com verba pública; IX. No caso de associações civis, não-lucrativas e/ou fundações privadas, apresentar declaração da obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades (modelo anexo III); X. Cópia atualizada do Alvará da Vigilância Sanitária; XI. Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal e Estadual do presidente da entidade; XII. Cópia do Registro e Qualificação no CMDCA do município de origem, caso a Entidade não tenha sede em Balneário Camboriú; XIII. Declaração de Cumprimento de Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa (modelo anexo IV); XIV. Certidão Negativa de Débitos – FGTS atualizada. §1º. Os documentos expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original ou em cópia sem autenticação. §2º. As Organizações Não Governamentais que desenvolvem projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no município por força do Art. 90 da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, ficam obrigadas a se registrar no CMDCA. §3º. As Organizações Não Governamentais com sede em outros municípios poderão solicitar seu Registro e Qualificação, desde que seus serviços e/ou programas sejam executados no município de Balneário Camboriú e apresentem o Certificado de Registro e Qualificação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de origem. §4º. O Registro e Qualificação das Organizações Não Governamentais terá validade por até 02 (dois) anos a partir da data de expedição do Certificado de Registro e Qualificação. §5º. O CMDCA, quando julgar necessário e conveniente, poderá solicitar parecer técnico do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como dos órgãos de Administração Direta e Indireta em nível Municipal, ou de consultoria contratada pelo

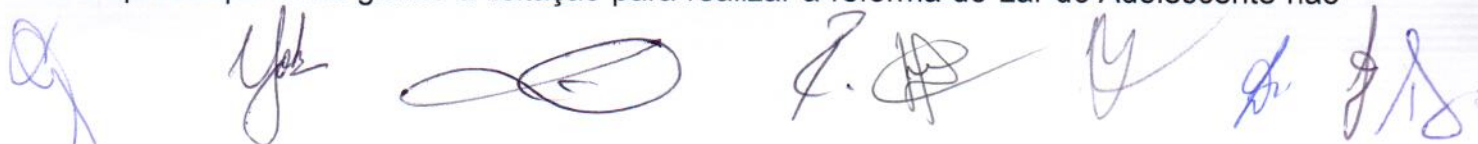
CMDCA. Art. 9º. As Organizações não Governamentais que tiverem o seu pedido deferido e de posse de seu Certificado de Registro e Qualificação estarão automaticamente integradas à Rede de Atendimento da Criança e ao Adolescente do município. Parágrafo único. Entende-se por Rede de Atendimento o conjunto de Organizações Governamentais e Não Governamentais que desenvolvem projetos com serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no município. Seção II. Da Inscrição de Projetos das Organizações Governamentais e Não Governamentais. Art. 10. O pedido da Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organização Governamental e Não Governamental deverá ser protocolado na sede do CMDCA que dará andamento ao processo de acordo com as normas dessa Resolução. Art. 11. A Organização Não Governamental poderá solicitar os formulários de Inscrição de Projetos, via e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com, no site do CMDCA [www.cmdca.com.br](http://www.cmdca.com.br), na Casa dos Conselhos/CMDCA ou baixar a Resolução e seus formulários anexos de Inscrição de Projetos, pelo site [www.balneariocamboriu.sc.gov.br](http://www.balneariocamboriu.sc.gov.br), conselhos de direitos. Art. 12. A entrega dos documentos de pedidos de Inscrição de Projetos de Organizações Governamentais e Não Governamentais deve ser encaminhada via e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com ou por pendrive protocolado na Casa dos Conselhos (Rua Mil Oitocentos e Vinte e Dois, Número Mil Quinhentos e Dez, esquina com a Avenida Marginal Leste). Art. 13. O pedido de Inscrição dos Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para tramitação até apreciação e deliberação da plenária, contados da data do protocolo da entrega da documentação. §1º. Após o pedido de Inscrição do Projeto que contemple serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais, este deverá ser analisado pela Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos, para que seja emitido parecer no prazo máximo de trinta dias. §2º. Após o Parecer da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos, este deverá ser encaminhado para ser apreciado e deliberado em plenária, em reunião ordinária, realizada pelo CMDCA. §3º. As Organizações Não Governamentais que desenvolvem projetos com serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no Município somente poderão receber verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, depois de obter o seu Registro e Qualificação e a Inscrição do Projeto/Programa no CMDCA. §4º. O CMDCA não concede inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas no ensino regular nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Art. 14. Para a solicitação de inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes as Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão apresentar a seguinte documentação: I. Requerimento solicitando a inscrição do projeto que contemple serviço e/ou programa, assinado pelo Presidente da Entidade (modelo anexo V); II. Projeto com serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes (modelo anexo II); §1º. As Organizações Governamentais e Não Governamentais por força do Art. 91, § único, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, deverão proceder a inscrição de seus projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no CMDCA. §2º. O Registro e Qualificação no CMDCA das Organizações Não Governamentais é pré-requisito para a inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no Município. §3º. Os projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais terão validade por até dois anos a partir da data de expedição do Certificado de Inscrição. §4º. O CMDCA quando julgar necessário e conveniente, poderá solicitar parecer técnico do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como dos órgãos de Administração Direta e Indireta em nível Municipal. §5º. A Rede

de Atendimento disponibilizará vagas para crianças e adolescentes que forem encaminhados pelo Conselho Municipal de Direitos, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário conforme a capacidade de atendimento das Organizações Governamentais e Não Governamentais. Seção III. Da Manutenção do Registro e Qualificação e da Inscrição de Projeto no CMDCA. Art. 15. Cabe ao CMDCA manter atualizado banco de dados, acerca do cadastro das Organizações Não Governamentais, bem como dos projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais no Município. Art. 16. Para a manutenção do Registro e Qualificação das Organizações Não Governamentais e da Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais no CMDCA, a entidade deverá cumprir as seguintes formalidades: I. Apresentar ao CMDCA toda e qualquer alteração em seus estatutos, regimentos internos, mudança da diretoria e da equipe técnica, bem como em seus projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescente desenvolvidos pela entidade; II. Apresentar informações e/ou documentos, quando solicitados pelo CMDCA; III. Cumprir rigorosamente os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; IV. Possibilitar a comunicação, em tempo hábil, aos órgãos da rede de proteção para adoção de providências necessárias a solução de ocorrências urgentes; V. Cumprir com presteza as orientações ou recomendações emanadas do Ministério Público, Conselho Tutelar e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú; VI. Promover a capacitação de seus recursos humanos, bem como participar de formação continuada quando oferecida pelo Poder Público; VII. Seguir as normas desta Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú; VIII. Encaminhar mensalmente, para o CMDCA, o Relatório de Atividades quando se tratar de entidades que são beneficiadas com recursos do FMDCA (modelo anexo VII); IX. Encaminhar semestralmente, para o CMDCA, o Relatório de Atividades quando se tratar de entidades que não são beneficiadas com recursos do FMDCA (modelo anexo VII); X. As entidades que são beneficiadas com recursos do FMDCA devem mencionar o referido Fundo em todas suas publicações e manifestações públicas (folders, cartilha, entrevistas etc.); XI. A partir da data de emissão do Registro e Qualificação no CMDCA, sempre que for oferecido pelo Poder Público, a entidade deverá participar de cursos de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, caso não haja em seu quadro pessoal um profissional habilitado em Libras; XII. As entidades deverão afixar o Certificado de Registro e Qualificação em local visível na sede da entidade. Seção IV. Da Renovação do Registro e Qualificação e da Inscrição de Projeto no CMDCA. Art. 17. O pedido de renovação do Registro e Qualificação de Organização Não Governamental, bem como da renovação de Inscrição dos Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais deverá ser protocolado na sede do CMDCA, que dará andamento ao processo de acordo com as normas dessa Resolução. Art. 18. As Organizações Governamentais e Não Governamentais, deverão solicitar a renovação do seu Registro e Qualificação e/ou Inscrição do Projeto, com sessenta dias antes do término da validade do Certificado de Registro e Qualificação ou Certificado de Inscrição do Projeto, junto ao CMDCA para que possam funcionar regularmente no Município. Art. 19. O pedido de renovação do Registro e Qualificação de Organização Não Governamental e da Inscrição dos Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais terá o prazo máximo de sessenta dias para tramitação até apreciação e deliberação da plenária, contados da data do protocolo da entrega da documentação. §1º Após o pedido da renovação de Registro e Qualificação de Organização Não Governamental e da Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de

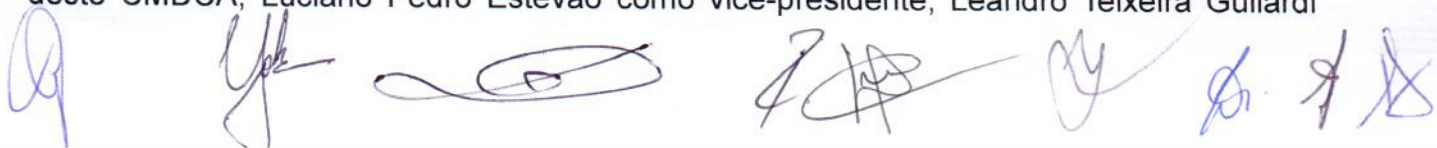
atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais, o CMDCA poderá realizar uma visita in loco para que seja emitido parecer no prazo máximo de trinta dias. §2º. Após o parecer da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos, o pedido de renovação será encaminhado para ser apreciado e deliberado em plenária, em reunião ordinária, realizada pelo CMDCA. Art. 20. Para a renovação do Registro e Qualificação de Organização Não Governamental, a entidade deverá apresentar a documentação prevista no Art. 8º, desta Resolução. § 1º. Os documentos impressos deverão ser entregues em envelope lacrado na Casa dos Conselhos com a identificação: “Documentos para Renovação de Registro e Qualificação da Entidade (nome) no CMDCA”. § 2º. O Estatuto da Entidade deverá ser encaminhado apenas se houver alteração. Art. 21. Para a renovação de Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais, a entidade deverá apresentar a documentação prevista no Art. 14, desta Resolução. CAPÍTULO III. DO INDEFERIMENTO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DAS ENTIDADES. Seção I. Do Indeferimento do Registro e Qualificação das Entidades ou Inscrição dos Projetos. Art. 22. O indeferimento é o ato administrativo no qual o pedido de Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental foi rejeitado pelo CMDCA, por entender que a entidade está descumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente. Art. 23. Será indeferido pelo CMDCA o Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organizações Governamentais e Não Governamentais que: I. Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de higiene, salubridade, acessibilidade e segurança para a oferta de serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes; II. Não apresente projeto compatível com a Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; III. Esteja irregularmente constituída a Entidade; IV. Apresente em seu quadro funcional pessoas inidôneas; V. Não cumprir os requisitos estabelecidos nessa Resolução. Art. 24. Quando o Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental for indeferido, o CMDCA fará a imediata comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a Secretaria Municipal a qual pertence o projeto que contemple o serviço e/ou programa governamental, bem como, por meio de ato deliberativo, a decisão da plenária. Seção II. Da Suspensão do Registro e Qualificação da Entidade ou Inscrição dos Projetos. Art. 25. A suspensão é o ato administrativo que interrompe temporariamente o Registro e Qualificação da Entidade ou Inscrição de Projetos da Organização Governamental e Não Governamental de suas funções pelo CMDCA, por entender que a entidade está descumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente. Art. 26. O Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos será suspenso pelo CMDCA, pelo prazo de um a seis meses, quando a Organização Governamental ou Não Governamental: I. Apresentar irregularidades técnicas e/ou administrativas incompatíveis com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da presente Resolução; II. Interromper suas atividades por período superior a um mês, sem motivo justificado; III. Deixar de cumprir o projeto que contemple o serviço e/ou programa de atendimento a crianças e adolescentes prestados ao Município. §1º. Em se tratando de irregularidades com a inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas, será concedido prazo de um a três meses, para que a Entidade proceda à regularização do atendimento a crianças e adolescentes no Município. §2º. Em se tratando de irregularidades com as Organizações Não Governamentais, será concedido prazo de um a três meses, para que a Entidade proceda à regularização do atendimento a crianças e adolescentes no Município. §3º. A suspensão do Registro e Qualificação cessará quando a irregularidade que a motivou for considerada sanada, conforme parecer do CMDCA. Art.

27. A Organização Governamental e Não Governamental ao deixar de funcionar ou não executar o serviço e/ou programa de atendimento inscrito no CMDCA terá o seu registro e qualificação suspenso, até que seja cumprida a exigência legal. Art. 28. Quando o Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental for suspenso, o CMDCA fará a imediata comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a Secretaria Municipal a qual pertence o projeto que contempla o serviço e/ou programa governamental, por meio de ato deliberativo, a decisão da plenária. Seção III. Do Cancelamento do Registro e Qualificação da Entidade ou Inscrição dos Projetos. Art. 29. O cancelamento é o ato administrativo que declara sem efeito o Registro e Qualificação ou Inscrição de Projetos da Organização Governamental e Não Governamental, por entender que a entidade está descumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente. Art. 30. O Registro e Qualificação ou Inscrição de Projetos será cancelado quando a Organização Governamental e Não Governamental: I. Deixar de atender à exigência que motivou a suspensão; II. Apresentar irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão. Art. 31. Quando o Registro e Qualificação ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental for cancelado, o CMDCA fará a imediata comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a Secretaria Municipal a qual pertence o projeto que contempla o serviço e/ou programa governamental, por meio de ato deliberativo, a decisão da plenária. Parágrafo Único. A continuidade do atendimento as crianças e adolescentes, no município, deverá ser garantida por meio de ação conjunta do CMDCA, do Poder Executivo Municipal, do Ministério Público e do Poder Judiciário. Seção IV. Do Procedimento Administrativo Disciplinar das Entidades. Art. 32. O Registro e Qualificação poderá ser indeferido, suspenso ou cancelado pelo CMDCA, em caso de descumprimento ou infração de qualquer disposição dessa Resolução, bem como em caso de descumprimento dos Artigos 91, 92, 93 e 94, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e das alterações estabelecidas pela Lei Federal nº 12.010, de vinte e nove de julho de Dois Mil e Nove, garantido o direito ao devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório conforme estabelece o Art. 5º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de Mil Novecentos e Oitenta e Oito. Art. 33. Quando houver a decisão de indeferir, suspender ou cancelar o Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais ou Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes Governamentais e Não Governamentais, a entidade que se sentir prejudicada, poderá recorrer da decisão junto ao CMDCA. Art. 34. Mediante a notificação do CMDCA a Organização Governamental e Não Governamental terá o prazo recursal de quinze dias, contados a partir da ciência do parecer do CMDCA, para encaminhar o requerimento, com os devidos esclarecimentos e informações, que julgar necessário para a sua defesa junto ao CMDCA. Art. 35. O CMDCA terá o prazo máximo de trinta dias para a análise e apresentação do parecer que será discutido e deliberado em sessão ordinária da plenária. Art. 36. Os casos omissos deverão ser apresentados e discutidos em sessão ordinária e/ou extraordinária na plenária do CMDCA. CAPÍTULO IV. DA RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES. Art. 37. As Organizações Governamentais e Não Governamentais prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Art. 38. No caso do desrespeito parcial ou do não cumprimento integral das diretrizes e determinações da legislação em vigor, as Organizações Governamentais e Não Governamentais, estarão sujeitas: I. Às medidas previstas no inciso I e no § 1º do Art. 97, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para Organizações Governamentais. II. Às medidas previstas no inciso II e no § 1º do Art. 97, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa, que dispõe

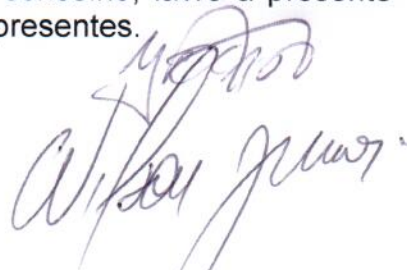
sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para Organizações Não Governamentais. § 1º. Àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram, sob qualquer forma, direta ou indireta, para o não cumprimento dessa legislação, aplica-se, no que couber, as penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.429, de dois de junho de Mil Novecentos e Noventa e Dois – Lei de Improbidade Administrativa. § 2º. A aplicação das medidas previstas neste artigo dar-se-á a partir da análise dos relatórios circunstanciados elaborado após as avaliações, sem prejuízo do que determinam os Arts. 191 a 197, 225 a 227, 230 a 236, 243 e 245 a 247, da Lei Federal nº 8.069, de treze de julho de Mil Novecentos e Noventa – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. CAPÍTULO V. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS. Art. 39. A concessão do Registro e Qualificação para funcionamento das entidades Não Governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a Inscrição dos Programas ou Projetos das entidades Governamentais e Não Governamentais somente será concedida com a rigorosa observância dos projetos que contemplem serviços e/ou programas e regimes estabelecidos nesta Resolução. Art. 40. O Conselho Tutelar deve promover a fiscalização dos projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes desenvolvidos pelas organizações Governamentais e Não Governamentais, nos termos do Art. 3º, da Resolução Nº 74, de treze de setembro de Dois Mil e Um, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA. Art. 41. Fica revogada a Resolução nº001, de vinte e seis de Setembro de Dois Mil e Dezessete, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú. Art. 42. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Pauta 04: Projeto AMA Nutrida da Associação de Pais e Amigos do Autista – AMA Litoral. Foi solicitado o valor de Vinte e Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais para execução do projeto AMA Nutrida e Divertida com a Madame Nutrida. Este conselho entende que projetos para recebimento de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA devem ser inscritos via editais. Sugere-se que a AMA Litoral inscreva o projeto no Edital nº003/19 que torna público a abertura de inscrição para apresentação de projetos que poderão ser financiados pelo FMDCA, às Organizações da Sociedade Civil e Programas Governamentais de atendimento a crianças e adolescentes na modalidade de chancela. Pauta 05: Apresentação de Pesquisa de Satisfação da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS. O presidente realizou a apresentação da pesquisa de satisfação da entidade que representa. Esta pesquisa realizada todos os anos na entidade, é um instrumento anual de verificação da qualidade dos atendimentos prestados pela Associação PAIS. A pesquisa é composta por vinte e cinco questões, sendo três delas descritivas. As questões foram subdivididas em eixos. Participaram da pesquisa usuários de dois projetos realizados pela instituição, Projeto PAIS e Projeto Oficinas Terapêuticas e de Geração de Renda. Ressaltou-se que a pesquisa não foi obrigatória bem como não foi obrigatória a identificação do usuário. A Pesquisa de Satisfação ficará disponível na sede do CMDCA. Pauta 06: Apresentação do Resultado de Pesquisa realizada com OSC conveniadas: Estagiária da Escola de Negócios da UNIVALI, Amanda de Souza Borba. A estagiária realizou visitas em todas as entidades conveniadas com o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. O trabalho foi minucioso, todas as entidades visitadas colaboraram no acesso as informações que a estagiária necessitou. O objetivo geral deste trabalho consistiu em identificar o nível da qualidade da gestão nas organizações registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú e seus objetivos específicos, visando atingir o objetivo geral, foram: contextualizar o passado e o presente das organizações estudadas; Aplicar instrumento de pesquisa para avaliação da qualidade da gestão e Propor ações de melhoria na gestão. O trabalho ficou bem completo e estará disponível na sede do CMDCA. Pauta 07: Reforma do Lar do Adolescente. O conselheiro Douglas informou que a empresa que tinha ganho a licitação para realizar a reforma do Lar do Adolescente não



cumpriu o acordado no contrato. A empresa foi desabilitada e não terminará mais a obra. Como o processo para restituição dos valores será um processo longo, explicou que para encerrar a obra será necessário no máximo Trinta e Cinco Mil Reais. Este valor deverá ser aprovado pela Câmara de Vereadores, pois é um recurso que será transferido do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. O valor transferido foi aprovado, para que se encerre as obras da Casa do Adolescente, entretanto, acorda que quando estes valores forem restituídos aos cofres públicos pela empresa desabilitada, o mesmo seja transferido para o FMDCA. Pauta 08: Comissão de Orçamento e Fundo: Análise e Parecer das Prestações de Contas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. A comissão se reuniu para analisar as Prestações de Contas dos meses de Julho, Agosto e Setembro de Dois Mil e Dezenove e decide por aprovar as mesmas. A plenária acata a análise da comissão e aprova por unanimidade as Prestações de Contas deste trimestre. Pauta 09: Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação: Análise da documentação da GERAR – Geração de Emprego e Renda. A comissão analisou novamente a documentação da entidade e verificou que falta a ata da Eleição da Diretoria, pois na ata que foi enviada não constam os nomes do vice-presidente e do tesoureiro eleitos, ou um documento formal que indique quem são os mesmos. Sendo assim, este conselho aguardará o retorno da entidade. Pauta 10: Comissão de Política de Atendimento de Direitos – Projetos: Análise da solicitação de inscrição e/ou renovação de projetos da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social, ONG Vidas Recicladas Casa das Anas, Associação O Vento Brasil e Fundação Municipal de Esportes – FME. A comissão explicou que referente a solicitação de inscrição do projeto ConversAção da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social – PAIS foram entregues todos os documentos e o mesmo foi aprovado por unanimidade na plenária. Quanto a solicitação de renovação de inscrição de projeto da Casa das Anas o mesmo não foi renovado pois faltava documentos. Referente a renovação de projeto da Associação O Vento Brasil, este não enviou o projeto dentro dos moldes do CMDCA, será solicitado a alteração. A Fundação Municipal de Esportes – FME encaminhou três projetos para serem analisados: Buscando 100% Teco Padaratz, Iniciação Esportiva Dois Mil e Vinte – Virando o Jogo e Praça Esportiva Infantil. Os três foram analisados pela comissão que verificou que os documentos não vieram assinados pelo Prefeito ou pela Secretaria de Gestão do FMDCA. Outra situação é a questão do Diagnóstico da Rede de Atendimento da Criança e do Adolescente que deve ser consultado para verificar a real relevância do projeto na nossa realidade. O representante da FME entendeu o parecer da comissão e se prontificou para verificar todas estas questões. Sendo assim, nenhum dos projetos serão inscritos no momento. As novas análises da comissão deverão ocorrer no início de fevereiro de Dois Mil e Vinte. Pauta 11: Comissão de Avaliação e Acompanhamento. A comissão explicou que se reuniu e organizou um modelo de avaliação. Explicou que este modelo está baseado nos moldes dos relatórios de análises do Gestor de Projetos e da Comissão de Avaliação e Monitoramento da Prefeitura Municipal. Para encerrar as análises faltam apenas três entidades. Ficou deliberado que a comissão deverá se reunir ainda esta semana para encerrar as análises e realizar o encaminhamento para a Gestora do FMDCA. Pauta 12: Comissão de edital de Chancela: Análise dos projetos da Associação de Proteção, Acolhimento e Inclusão Social e Associação Amor pra Down. A comissão analisou os projetos das entidades acima citadas e aprovaram os projetos das mesmas. A plenária após a aprovação da comissão delibera favoravelmente a aprovação dos projetos. Pauta 13: Eleição da Diretoria do CMDCA. Deu-se início a eleição da nova diretoria. Foi colocado o nome de dois conselheiros governamentais para ocupar a cadeira da presidência deste conselho: Douglas Schwolk Fontan Ayres de Aguirre e Nilton Dirceu Cachoeira Bleichvel. Após a votação, com uma abstenção, foram eleitos Douglas Schwolk Fontan Ayres de Aguirre como presidente deste CMDCA, Luciano Pedro Estevão como vice-presidente, Leandro Teixeira Guilardi



com Primeiro Secretário e Manuela Pessoa Duarte como Segunda Secretária. O presidente João Passos se despediu dos conselheiros e o conselheiro Douglas Aguirre assume a partir desta data a presidência do CMDCA para Dois Mil e Vinte. Pauta 14: Assuntos Gerais. O presidente Douglas informou que no dia quatorze de fevereiro de Dois Mil e Vinte, às dezoito horas, no Auditório do SESC, será realizada a Palestra sobre Prevenção de Doenças Genéticas com o Palestrante Dr. Ciro Martichago. Os convites serão entregues no início das atividades deste CMDCA, este conselho entra em recesso e volta as atividades normais em três de fevereiro de Dois Mil e Vinte. Nada mais havendo a tratar, eu, Manuela Pessoa Duarte, primeira-secretária deste conselho, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.



Manuela Pessoa Duarte

Douglas Aguirre



João Passos

Bráulio S. Abreu

